



**Estado do Piauí  
Gabinete do Governador  
Palácio de Karnak**

MENSAGEM Nº 18 /GG

Teresina (PI), 19 de maio de 2014

Excelentíssimo Senhor  
Deputado THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
NESTA CAPITAL

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 24/03/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

1º Secretário

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR PARCIALMENTE**, o Projeto de Lei que **“Dispõe sobre o cancelamento da inscrição junto ao cadastro de contribuintes do ICMS, dos estabelecimentos que comercializarem produtos falsificados, adulterados, contrabandeados ou de origem duvidosa, dentro do Estado do Piauí.”**

Conforme as razões adiante expostas, o veto incide sobre a redação proposta no § 2º, do art. 1º, deste Projeto de Lei, na forma que segue:

Art. 1º .....

(...)

§ 2º A inexistência de todos os efeitos legais contra o contribuinte inscrito junto ao ICMS, de que trata o caput deste artigo, será comprovada com a anexação à Declaração Anual (DECLAN) das certidões nominiais dos Ofícios de Registro e Distribuidores Judiciais do Estado do Piauí, inclusive aquelas passadas pelo Serviço de Distribuição Federal.

**RAZÕES DO VETO**

A matéria regulada pelo projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa objetiva pôr fim, no âmbito do Estado do Piauí, ao comércio produtos falsificados, adulterados, contrabandeados ou de origem duvidosa.

Trata-se de proposição legislativa meritória, pois visa à extinção dos danos ao Fisco em decorrência da sonegação de impostos, bem como a proteção dos consumidores, pelos prejuízos que podem ocorrer com a utilização dos supramencionados produtos.

TERESINA - PI, 20.03.2014.




**Estado do Piauí**  
**Gabinete do Governador**  
**Palácio de Karnak**

No entanto, o projeto mostra-se incoerente, pois no § 2º do art. 1º, dispõe que a comprovação do contribuinte inscrito junto ao ICMS será feita com a anexação à Declaração Anual (DECLAN), sendo que este documento não tem previsão legal em nosso Estado.

Neste sentido, manifestou-se a Secretaria de Estado da Fazenda, através do Ofício GSF nº 236, de 12 de março de 2014, em que opina pelo veto do §2º, do art. 1º, haja vista a referida Declaração Anual (DECLAN) não ter previsão em nossa legislação estadual.

Diante do exposto, amparado no princípio basilar da Administração Pública, a *Supremacia do Interesse Público*, entendo que a manutenção do mencionado § 2º, do art. 1º do Projeto comprometerá o funcionamento da máquina administrativa.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar a redação proposta no § 2º, do art. 1º, deste Projeto de Lei, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa augusta Casa.

  
**WILSON NUNES MARTINS**  
Governador do Estado do Piauí